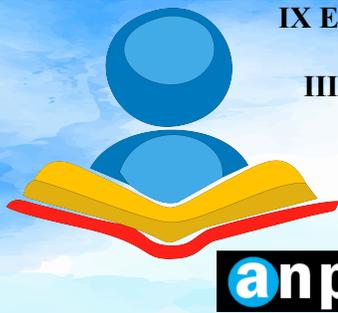


**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-
Graduação em Ensino de
Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

**CONCEITOS DE LETRAMENTO E LITERACIA:
uma discussão entrelaçada à Política Nacional de Alfabetização**

Viviane Caline de Souza Pinheiro¹
viviane.cs.pinheiro@gmail.com

Fernanda Rafaella da Silva²
fernandaraphaellas@gmail.com

Adriana Cavalcanti dos Santos³
adricavalcanty@hotmail.com

RESUMO:

O artigo pretende discutir, com ênfase no processo de letramento, quais são as mudanças no entendimento do conceito amplo de alfabetização, no que diz respeito ao contexto histórico, tendo em vista as novas reformulações do Governo Federal sobre a alfabetização e da criação da cartilha da Política Nacional de Alfabetização pelo Ministério da Educação que trata acerca da alfabetização no Brasil. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental de cunho qualitativo (TRIVIÑOS, 2013). Definindo por base teórica: Soares (2017; 2016; 2014), Kleiman (2005), além dos documentos norteadores da Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019) Os resultados enfatizam que o ensino da linguagem no Brasil parece voltar às antigas práticas reduzidas à conscientização fonêmica, decodificação (aparentemente) de palavras descontextualizadas e fluidez da leitura. Negando, assim, o aprendizado da língua materna enquanto prática de interação social.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento – Literacia – Política Nacional de Alfabetização

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre como alfabetizar os alunos vêm sendo discutidas no cenário educacional brasileiro desde o final do século XIX, quando foi consolidado o sistema de ensino público no Brasil. Tais discussões foram ganhando cada vez mais destaque na sociedade e se estende até os dias atuais devido aos resultados das avaliações externas demonstrarem índices cada vez mais alarmantes de analfabetismo (BRASIL, 2019a).

¹ Mestranda em Educação com ênfase em Educação e Linguagem (PPGE/UFAL), graduada em Pedagogia (CEDU/UFAL) e membro do grupo de estudo GELLIT.

² Mestranda em Educação (PPGE/UFAL), graduada em Pedagogia (CEDU/UFAL) e membro do grupo de estudo GELLIT.

³ Pós-Doutora em Ciência da Educação pela Universidade do Porto – Portugal. Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas e líder do grupo de Estudo e Pesquisa em Didáticas de Leitura, da Literatura e da Escrita (GELLIT).

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEOU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-
Graduação em Ensino de
Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

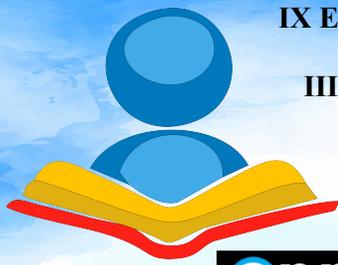
Segundo dados do IBGE (2017), a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais passou de 65,3%, em 1900, para 7% em 2017. Esses resultados repercutem em um século de intensos estudos e tentativas para diminuição dessas taxas. No entanto, vale ressaltar que os índices de analfabetismo no estado de Alagoas, embora apresentando uma gradativa redução das taxas, ainda supera a marca de 17,2%, chegando a ser o Estado com o maior índice de analfabetismo do Brasil.

A partir disso, este artigo pretende fazer um estudo teórico sobre as diferenças e aproximações entre os conceitos de letramento e literacia a partir da análise do Plano Nacional de Alfabetização - PNA (BRASIL, 2019a), com ênfase nas principais mudanças no que diz respeito ao contexto histórico, tendo em vista as novas reformulações do Governo Federal e da criação da cartilha da Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019b) pelo Ministério da Educação que trata acerca da alfabetização no Brasil.

Metodologicamente, o artigo trata de uma pesquisa documental de cunho qualitativo (TRIVIÑOS, 2013), que define por base teórica Soares (2017; 2016; 2014), Kleiman (2005) além dos documentos norteadores da Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019a, BRASIL, 2019b).

O trabalho está organizado em dois momentos. No primeiro, foca o processo de letramento ao realizar uma análise de como se constituiu seu contexto histórico no Brasil. No segundo, define o conceito de literacia (BRASIL, 2019a) proposto na Cartilha da Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019b) e o olhar para esse termo a partir das expectativas propostas pelo Ministério da Educação.

Ao discutir os processos de mudanças atuais para a concepção de alfabetização (SOARES, 2003) e, principalmente, o letramento (SOARES, 2014) no Brasil, lança-se um olhar crítico para a realidade ao qual se depara os professores alfabetizadores no que diz respeito à construção de suas estratégias didáticas. Entretanto, é preciso compreender os percursos históricos ao qual o letramento foi construído para recentemente passar a ser intitulado como literacia ((BRASIL, 2019a).



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDEU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-
Graduação em Ensino de
Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

2 LETRAMENTO: CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEPÇÃO NO BRASIL

Para uma melhor compreensão do estudo proposto, será necessário compreender o contexto histórico em que surge a concepção de letramento no Brasil. Segundo Mortatti (2000), o processo de alfabetização no Brasil, durante o século XX, foi o resultado de uma contínua alternância entre os métodos de alfabetização; sintético, analítico ou misto. Acreditava-se que o fracasso escolar estava relacionado à adoção de um método de alfabetização. Assim, essas orientações iam e voltavam para o ambiente escolar como possível solução para o analfabetismo brasileiro, mas continuavam não sendo eficazes.

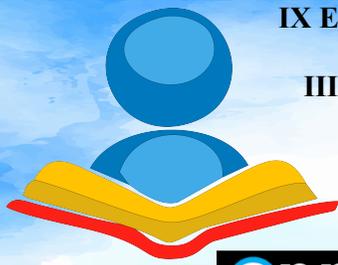
Ao longo do século XX, percebia-se a necessidade de pensar como o aluno aprendia e interagira com o conhecimento que estava adquirindo. A partir disso, em 1980 começam a surgir discussões sobre a teoria de aprendizagem construtivista e, então, o aluno passa a ser percebido como eixo central da aprendizagem ((FERREIRO; TEBEROSKY, 1986).

De acordo com Soares (2018), nos anos de 1980, com o desenvolvimento econômico, social e cultural no Brasil, as práticas sociais e profissionais cobram cada vez mais da população maiores habilidades de leitura e de escrita, “o que exigiu, conseqüentemente, reformulação de objetivos e introdução de novas práticas no ensino da língua escrita na escola.” (p.26).

Em meio a esse contexto, surge então o termo letramento (SOARES, 2014), uma vez que o termo alfabetização (SOARES, 2003) (deixando claro, apenas para o Brasil), não conseguia ser mais suficiente para contemplar toda a significação que a apropriação da língua escrita passa a ter com o surgimento das contribuições do Construtivismo (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986). Em meio a essa discussão, acreditava-se que para o aluno aprender a ler e escrever não basta apenas o ensino explícito da língua, mas ele precisa presenciar e fazer uso da língua escrita em contextos reais, um olhar para além da língua escrita influenciado principalmente pelas interações sociais com o outro (VOLÓCHINOV, 2017).

As definições sobre o letramento, muitas vezes, não conseguem desvincular da alfabetização, tornando pouco específico o seu significado, como pode ser observado em Hein (2016, p. 4), “o letramento, por sua vez, junto com a alfabetização, seria o momento em que se aprende a utilizar a leitura e a escrita para interpretar o mundo, para se tornar um sujeito

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEUJ - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

pensante e atuante (...)”. Esse entendimento coloca em dúvida se o termo letramento tem função unitária ou, isso acontece, somente quando está inserido no contexto de alfabetização.

Hein (2016) defende que o sujeito participa da cultura letrada desde o seu nascimento, enfatizando que diferente da alfabetização, o letramento surge fora do contexto escolar, imerso nos contextos sociais promovidos pela sociedade que estejam vinculados com a leitura e a escrita. Desse modo, surge então um conceito ampliado de alfabetização denominado de letramento.

[...] o termo letramento, surge para se referir a um conjunto de práticas de uso da escrita que vinham modificando profundamente a sociedade, mais amplo do que as práticas escolares de uso da escrita, incluindo-as, porém. [...] O novo assunto ou “objeto” de pesquisa – as práticas sociais do uso da escrita – (o letramento) – refletia as transformações nas práticas letradas tanto dentro como fora da escola, lembrando que aí estão incluídas as tecnologias da escrita (KLEIMAN, 2005, p. 21).

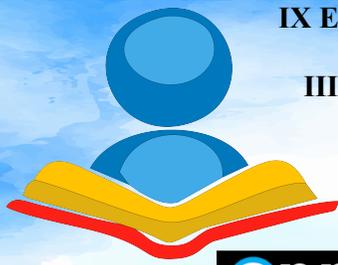
Kleiman (2005) enfatiza que embora o letramento seja uma ampliação do conceito de alfabetização, não significa que se trata do mesmo processo, mas estão associados. Nessa perspectiva, compreendemos que Alfabetização e Letramento são dois processos diferentes e independentes, mas estão intimamente relacionados pela existência do código escrito e “um não está antes do outro [...], as duas aprendizagens se faz ao mesmo tempo” (SOARES, 2003).

Em resumo, o termo *letramento* é uma tradução do termo em inglês *literacy*. No entanto os sufixos de cada palavra altera sucintamente o sentido do termo. O termo *literacia* (sufixo -ia) indica qualidade, condição ou estado de ser letrado - qualidade daquele que não sabe apenas ler e escrever, mas faz uso competente da leitura e da escrita. Já o termo *letramento* (sufixo -mento) é o resultado da ação de letrar-se. No entanto, no Brasil, o conceito de *letramento* ainda é tratado separadamente do conceito de alfabetização (SOARES, 2003).

Conceituar o termo letramento será sempre difícil, mediante a “gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais” (SOARES, 2014, p. 66), principalmente quando observamos os mais variados grupos existentes, justamente por levar em consideração tal complexidade.

É a partir dessa complexidade de conceitualização que mudanças são apresentadas no cenário atual do Brasil. Mudanças essas organizadas pelo MEC e que é necessário discutir para avaliar os rumos que o processo de letramento passará a ter. Por isso, no próximo tópico

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGECIM
Programa de Pós-
Graduação em Ensino de
Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

daremos ênfase ao que a Política Nacional de Alfabetização em seu decreto (BRASIL, 2019a) traz como conceito de literacia, além do seu desenvolvimento no ambiente escolar.

3 LITERACIA: CONCEITO E INFLUÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

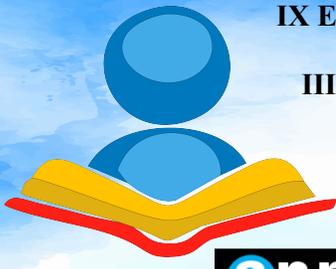
O termo letramento surge da tradução para o português da palavra *literacy*, entretanto o significado deste termo não se assemelha a palavra traduzida *literacy*. *Literacy* engloba tanto o processo conhecido no Brasil como letramento quanto o de alfabetização (SOARES, 2017). Letramento é, portanto, assim como define Soares (2014, p. 18) de modo geral “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever”. Entretanto pelo fato do letramento ser um processo que se desenvolve desde os primeiros contatos da criança com o mundo da escrita, é muito provável que antes de existir o resultado da ação (contexto escolar de alfabetização), a criança já possua algum nível de letramento (SOARES, 2014).

Estudos recentes de Soares (2016) propõem que a questão da alfabetização não está ligada intrinsecamente a um método ou uma teoria de aprendizagem, a questão está em fazer com que os alunos perpassem todos os campos seja da técnica ou do uso social, isto é, que a apropriação da língua escrita esteja vinculada tanto a alfabetização quanto ao letramento (de forma indissociável).

Porém, por meio de recentes discussões políticas, amplamente divulgadas pela mídia e devido à má interpretação do conceito de Construtivismo (muitas vezes entendido como um método de alfabetização), percebe-se uma insatisfação com a abordagem construtivista dentro das escolas. E, nesse contexto, uma proposta de retorno ao método fônico como alternativa para o problema do analfabetismo no Brasil.

Com isso, em 11 de abril de 2019, foi lançado o Decreto nº 9.765 que institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA), por meio de programas e ações com objetivo de melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo (BRASIL, 2019a). Em nota, o Ministro da Educação afirma que a PNA pode ser considerada um marco na educação brasileira, uma vez que “o tema da alfabetização, fundamental para a vida escolar e para o pleno exercício da cidadania, é trazido com todo o vigor para o centro da política pública educacional do país” (BRASIL, 2019a).

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDEU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-
Graduação em Ensino de
Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

O Decreto nº 9.765, na conceituação do que seria literacia, amplia o termo para mais dois conceitos: literacia, literacia emergente e literacia familiar, que tratam como explícita o decreto em seu artigo 1º, incisos VII, VIII e IX “literacia é um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva”; “literacia emergente é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização”; e “literacia familiar é o conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores”.

É interessante observar como esses três conceitos se diferenciam para tratar acerca dos usos sociais da língua escrita: o primeiro conceito diz respeito à literacia de forma mais generalizada, focalizando em como o aluno interage efetivamente com a língua escrita; no segundo o conceito de literacia refere-se a competências linguísticas anterior a entrada da criança na escola, fazendo referência aos conhecimentos prévios de leitura e escrita que o aluno foi tendo contato ao longo da sua infância; e o terceiro conceito está associado à aprendizagem em contexto familiar, nas relações e interações com seus pais e parentes, isto é, com seus outros.

Neste sentido, percebe-se que em todos os conceitos são abordados o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes com a leitura e a escrita e sua prática produtiva, tendo em vista a especificidade para cada um dos termos de modo que a literacia seja percebida em ambientes diferentes e não mais com um olhar amplo para o uso da língua escrita em seus múltiplos contextos sociais.

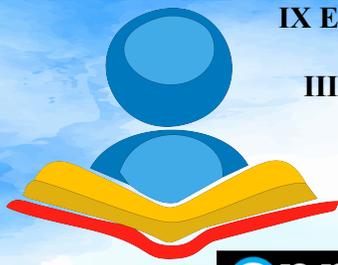
No mais, acerca dos seis componentes essenciais para a alfabetização previstos no decreto 9.765, para a Política Nacional a literacia não está incluída como um dos componentes essenciais como pode ser observado no decreto:

IV - ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:

- a) consciência fonêmica;
- b) instrução fônica sistemática;
- c) fluência em leitura oral;
- d) desenvolvimento de vocabulário;
- e) compreensão de textos; e
- f) produção de escrita;

(BRASIL, 2019).

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEOU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-
Graduação em Ensino de
Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

Está visível que a ênfase para a alfabetização dos alunos tem como foco a consciência fonológica. Dessa forma, a literacia galgada por um reducionismo no seu uso passa a assumir uma posição de dissociabilidade da alfabetização. É nesse momento que a fala de Mortatti (2000) é reafirmada, pois, em uma contínua alternância observa-se o retorno dos métodos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As referências consultadas nos levaram a breves constatações teóricas, que na verdade, carece de um estudo mais aprofundado. Porém, de modo geral constatamos que a PNA trará mudanças consideráveis para a alfabetização no Brasil. E tais mudanças já são perceptíveis com a transição da nomenclatura e entendimento do conceito letramento para literacia com o objetivo de se aproximar do termo em inglês *literacy* como foi discutido anteriormente.

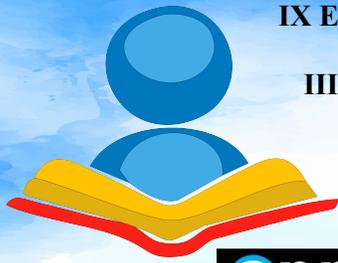
Ressaltamos que embora haja a mudança na utilização dos termos letramento e literacia, há uma mudança conceitual que por um lado desconsidera as práticas sociais de leitura e escrita, para uma perspectiva mais instrumental relacionadas à construção de habilidade e atitude.

O estudo demonstrou ainda que, a nova política de alfabetização não enfatiza o uso dos gêneros textuais em sala e nem os usos sociais da língua como meio para a efetivação do ensino de língua materna. Assim o ensino da linguagem no Brasil parece voltar às antigas práticas reduzidas a conscientização fonêmica, decodificação (aparentemente) de palavras descontextualizadas e fluidez da leitura, negando o aprendizado da língua materna enquanto prática de interação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto 9.765**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431> Acesso em: 08 de out. 2019a.

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGECIM
Programa de Pós-
Graduação em Ensino de
Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

_____. **Política Nacional de Alfabetização.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf Acesso em: 08 de out. 2019b.

FERREIRO, E. e TEBEROSKY. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

HEIN, Ana Catarina Angeloni. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015> > Acesso em: 09 de outubro de 2019

KLEIMAN, Angela B. **Preciso ensinar letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Coleção Linguagem e letramento em foco: linguagem nas séries iniciais. Ministério da Educação. Cefiel/IEL. UNICAMP, 2005-2010.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização:** São Paulo 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SOARES, Magda. **Alfabetização:** a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Alfabetização e Letramento.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **Letramento:** um tema em três gêneros. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. **A reinvenção da Alfabetização.** Revista presença pedagógica, v.9, n.52, p. 15-21, jul.-ago/2003.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2013.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.